

STJ00120284

QUARTA
EDIÇÃO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO

HUGO DE BRITO MACHADO

ATUALIZADOR
HUGO
DE BRITO
MACHADO
SEGUNDO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

M149i Machado, Hugo Brito
Introdução ao estudo de direito / Hugo Brito Machado ; atualizado por Hugo de Brito Machado Segundo. 4. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2024.
248 p. : 16cm x 23cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-6120-059-2
1. Direito. 2. Teoria geral do direito. I. Segundo, Hugo de Brito Machado.
Título.

2024-303

CDD 340.1

CDU 340.11

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito: Teoria geral do direito 340.1

2. Direito: Teoria geral do direito 340.11

SUMÁRIO

NOTA DO ATUALIZADOR.....	XXI
PREFÁCIO À 3ª EDIÇÃO	XXIII
PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO.....	XXV

1ª PARTE NOÇÕES FUNDAMENTAIS

I. A NOÇÃO DE DIREITO.....	3
1. Definições, conceitos, noções e ideias	3
1.1 As definições e os conceitos	3
1.2 Noções e ideias.....	5
1.3 Vaguidade e ambiguidade como problemas da interpretação jurídica....	6
1.4 Importância dos conceitos ou noções	6
2. O direito como sistema de limites, fruto da racionalidade humana.....	7
3. Os vários significados da palavra <i>direito</i>	9
4. O direito objetivo.....	11
5. O direito subjetivo	12
6. O dever jurídico e a responsabilidade	12
6.1 Distinção importante	12
6.2 Dever jurídico	13
6.3 Responsabilidade.....	14
6.4 Responsabilidade civil e penal	15
7. Direito potestativo e direito a uma prestação	15
8. Direito material ou substantivo e direito processual ou adjetivo.....	16
9. A finalidade essencial do direito.....	18
10. O jurista e o poder.....	19

10.1	O papel do jurista.....	19
10.2	O sentido estrito da palavra jurista	20
10.3	Direito, poder e arbítrio.....	22
11.	Direito e Estado.....	22
11.1	Diferentes concepções.....	22
11.2	Identidade completa.....	23
11.3	Relações de interdependência.....	23
11.4	Estado de arbítrio.....	24
11.5	O Estado de Direito.....	24
12.	Autoridade e responsabilidade.....	25
12.1	Responsabilidade civil do Estado.....	25
12.2	Responsabilidade pessoal da autoridade.....	26
II.	O DIREITO COMO OBJETO DO CONHECIMENTO.....	27
1.	O conhecimento e o seu objeto.....	27
2.	As várias formas de conhecer o direito.....	29
2.1	Ciência do Direito.....	29
2.2	Sociologia do Direito.....	31
2.3	Filosofia do Direito.....	32
2.4	Política Jurídica.....	33
2.5	Insuficiência de uma forma isolada.....	33
3.	A questão do dever ser no direito.....	34
3.1	O ser e o dever ser.....	34
3.2	O ser e o dever ser na Ciência do Direito.....	34
3.3	Imputação e causalidade.....	34
4.	As diversas disciplinas introdutórias.....	35
4.1	Necessidade de conhecimentos básicos.....	35
4.2	Teoria Geral do Direito.....	36
4.3	Introdução à Ciência do Direito.....	37
4.4	Introdução ao Estudo do Direito.....	37
4.5	Teoria Geral do Estado.....	37
5.	Os diversos ramos da ciência jurídica.....	38
5.1	Conveniência didática.....	38

5.2	Direito Constitucional.....	38
5.3	Direito Administrativo.....	39
5.4	Direito Financeiro.....	40
5.5	Direito Tributário	40
5.6	Direito Penal.....	40
5.7	Direito Civil.....	41
5.8	Direito Comercial	41
5.9	Direito Processual	42
5.10	Direito Processual Penal	42
5.11	Direito Processual Civil	42
III.	OS SISTEMAS JURÍDICOS	43
1.	O direito e a cultura.....	43
2.	Sistema e ordenamento	44
3.	A lei e o precedente	44
3.1	O sistema do direito legislado.....	44
3.2	O sistema do direito do caso	45
4.	A evolução integradora.....	46
4.1	No sistema do direito legislado.....	46
4.1.1	O caso da contribuição sobre o lucro	46
4.1.2	O art. 138 do CTN	47
4.2	No sistema do direito do caso	48
5.	Direito natural e direito positivo	48
6.	Os vários ordenamentos positivos.....	50
6.1	As inevitáveis diferenças	50
6.2	O estudo do direito comparado	50
6.3	O cuidado com a doutrina estrangeira	51
IV.	AS FONTES DO DIREITO	55
1.	A expressão <i>fonte do direito</i>	55
2.	Fontes materiais e fontes formais.....	57
2.1	Noção de fonte material	57
2.2	As fontes formais	58

2.2.1	Formas de manifestação do Direito.....	58
2.2.2	Fontes formais estatais e não estatais.....	58
2.3	Fontes formais estatais	59
2.3.1	Noções	59
2.3.2	A lei	59
2.3.3	A jurisprudência.....	61
2.3.4	A sentença.....	62
2.3.5	Os atos administrativos.....	62
2.4	Fontes não estatais	62
2.4.1	Noção	62
2.4.2	A doutrina.....	63
2.4.3	Os estatutos e contratos.....	64
2.4.4	O costume	65
2.5	A incidência da norma.....	67

2ª PARTE A NORMA JURÍDICA

V.	CONCEITOS FUNDAMENTAIS	71
1.	Conceito, estrutura e características.....	71
1.1	Norma e lei	71
1.2	Estrutura da norma	73
1.3	Características da norma jurídica.....	73
2.	Existência e validade	76
2.1	Distinção entre o existir e o valer	76
2.2	Validade formal e material.....	77
2.3	Existência fática e existência jurídica.....	78
2.4	A existência e a validade da lei no Direito brasileiro	79
2.5	Publicidade como condição de existência das leis	79
3.	Vigência e eficácia.....	82
3.1	Distinção entre vigência e eficácia.....	82
3.2	Vigência como atributo das normas escritas.....	82
3.3	A vigência da lei no Direito brasileiro	83

3.4	Publicidade como condição de vigência das leis	84
4.	Incidência, observância e aplicação	84
4.1	Incidência: a norma e o fato nela previsto	84
4.2	Fato e fato jurídico	85
4.3	A relação jurídica e o direito subjetivo	85
4.4	Observância e liberdade	86
4.5	Aplicação, responsabilidade e coercibilidade	86
4.6	Responsabilidade e autoria	87
5.	Sanção	87
5.1	Conceito e espécies	87
5.2	Sanção, coercibilidade e coação	88
5.3	Sanção e prêmio	90
6.	A crença e a observância	93
VI.	CLASSIFICAÇÃO E PRINCIPAIS ESPÉCIES	95
1.	Classificação	95
1.1	As várias classificações possíveis	95
1.2	As classificações de Kelsen e de Bobbio	96
1.3	Nossa proposta	98
2.	As várias espécies normativas no direito interno brasileiro	100
2.1	A Constituição e suas Emendas	100
2.2	Leis complementares	101
2.3	Leis ordinárias	106
2.4	Medidas provisórias	107
2.5	Leis delegadas	108
2.6	Decretos legislativos	109
2.7	Resoluções	109
2.8	Os regulamentos e outros atos administrativos normativos	109
VII.	A CONSTITUIÇÃO	111
1.	Poder constituinte e poder reformador	111
1.1	Poder e Direito	111
1.2	O Direito como limite do poder	112
1.3	O poder constituinte	113

1.4	O poder reformador	115
1.5	Validade e legitimidade	116
2.	Constituição e emendas	116
2.1	A Constituição como obra do poder constituinte	116
2.2	As Emendas como obra do poder reformador	117
3.	As denominadas cláusulas de imodificabilidade na CF/88.....	118
3.1	O art. 60, § 4º, da CF/88.....	118
3.2	Eficácia das cláusulas de imodificabilidade.....	119
3.3	Vedação de reexame na mesma sessão legislativa	119
4.	A Constituição e o ordenamento jurídico	120
VIII.	A LEI.....	121
1.	Lei em sentido formal e em sentido material	121
1.1	Os vários significados da palavra lei	121
1.2	Lei apenas em sentido formal	122
1.3	Lei apenas em sentido material	122
1.4	Lei em sentido amplo e em sentido restrito	122
2.	O processo legislativo	123
2.1	Processo e procedimento	123
2.2	Técnica legislativa	123
2.3	A iniciativa	124
2.4	Discussão e votação	125
2.5	Emendas	126
2.6	Sanção e veto	127
2.7	Promulgação e publicação	128
2.8	Publicação e vigência	129
2.9	Alterações e revogação	130
3.	Apreciação judicial de vícios do procedimento	132
4.	Lei complementar e lei ordinária	132
4.1	Distinção essencial	132
4.2	Reserva de lei complementar	132
4.3	A questão da hierarquia	133

IX. OS TRATADOS INTERNACIONAIS	135
1. Conceito e objeto.....	135
1.1 Relações internacionais e Direito	135
1.2 Questão terminológica.....	136
1.3 Validade e eficácia dos tratados	136
2. O processo de elaboração	137
2.1 As partes.....	137
2.2 Representação das partes nos tratados internacionais.....	137
2.3 Aprovação dos tratados pelo legislativo.....	138
2.4 Os tratados internacionais e a lei interna	138
X. OUTRAS ESPÉCIES DE NORMA.....	141
1. A jurisprudência e outras normas estatais	141
1.1 O julgado e a jurisprudência	141
1.2 A força do precedente	142
1.3 As súmulas.....	142
2. Normas não estatais.....	144
2.1 Os estatutos e regimentos	144
2.2 Contratos sociais.....	144
2.3 Outros contratos de efeitos normativos.....	144
2.4 Os atos unilaterais de vontade.....	144

3ª PARTE

O ORDENAMENTO JURÍDICO

XI. A UNIDADE E A COERÊNCIA.....	147
1. A unidade e a coerência	147
1.1 A ideia de sistema	147
1.2 As antinomias.....	148
1.3 Critérios para solução das antinomias	149
1.4 O critério hierárquico.....	150
1.5 O critério cronológico.....	151
1.6 O critério da especialidade	151
1.7 Insuficiência dos critérios.....	152

1.8	Antinomias principiológicas e a questão dos valores	152
1.9	O inevitável conteúdo político da interpretação	154
1.10	A coerência como condição de validade	154
1.11	Coerência do sistema e interpretação	155
2.	A Constituição e a unidade do sistema jurídico	155
2.1	A Constituição como base do sistema	155
2.2	O controle de constitucionalidade do Brasil	156
2.2.1	Necessidade do controle	156
2.3	As formas de controle de constitucionalidade	156
2.3.1	O controle difuso	156
2.3.2	O controle concentrado	158
XII.	A COMPLETUDE E A QUESTÃO DAS LACUNAS	163
1.	A completude lógica do ordenamento	163
1.1	Lacunas na lei	163
1.2	Ausência de lacunas no Direito	163
1.3	O lícito e o ilícito	165
2.	A completude e a questão axiológica	166
2.1	O conceito de lacuna	166
2.2	Lacunas falsas, políticas ou ideológicas	167
2.3	Lacunas verdadeiras ou técnicas	168
3.	A questão das lacunas no direito brasileiro	168
3.1	O reconhecimento de lacunas nas leis	168
3.2	A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	169
XIII.	A INTERPRETAÇÃO	171
1.	Hermenêutica e interpretação	171
1.1	A hermenêutica como teoria da interpretação	171
1.2	Os vários sentidos da palavra interpretação	172
2.	Os elementos da interpretação	173
2.1	Elemento literal	173
2.2	Elemento histórico	174
2.3	Elemento lógico-sistêmico	174

2.4	Elemento teleológico	175
3.	Interpretação tópica.....	175
3.1	As posições extremadas	175
3.2	Conciliação do elemento tópico com o elemento sistêmico.....	176
3.3	A interpretação tópica e o princípio da razoabilidade.....	177
4.	A integração.....	177
4.1	A questão das lacunas	177
4.2	Os meios de integração	177
5.	Interpretação e ciência do direito	178
5.1	A interpretação na Teoria Pura do Direito.....	178
5.2	Interpretação e aplicação	179
5.3	Conteúdo político da decisão.....	179
5.4	Decisão de última instância.....	180
6.	Interpretação e princípios jurídicos	180
6.1	Insuficiência do positivismo normativista	180
6.2	O Direito Alternativo e a Escola do Direito Livre	181
6.3	A ciência e os princípios	182
6.4	Lei interpretativa e irretroatividade	183
XIV.	A DINÂMICA DO FENÔMENO JURÍDICO	185
1.	Uma explicação prévia	185
2.	Visão estática do direito.....	186
3.	Visão dinâmica do direito.....	186
3.1	A ideia de movimento	186
3.2	O nascimento e a concreção da norma jurídica	186
4.	O fato e o fato jurídico	187
4.1	Os fatos no mundo da natureza	187
4.2	A incidência da norma jurídica	188
4.3	Os fatos no mundo jurídico.....	188
4.4	Relação social e relação jurídica	190
4.5	A importância da prova	190
5.	O conhecimento especificamente jurídico.....	191
5.1	A especialização do conhecimento.....	191

5.2	Conhecimento jurídico.....	191
5.3	Visão crítica do Direito.....	192
XV. OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS.....		193
1.	Princípios e regras.....	193
1.1	Questão terminológica.....	193
1.2	Distinção essencial entre princípio e regra.....	194
1.3	Princípios incorporados em regras fundamentais.....	196
2.	Alguns princípios jurídicos importantes.....	196
2.1	Justiça e segurança como princípios fundamentais.....	196
2.2	Outros importantes princípios jurídicos.....	197
2.3	Os princípios jurídicos e a superação das lacunas.....	197
4ª PARTE		
O ESTADO		
XVI. ESTADO E DIREITO.....		201
1.	O Estado e seus elementos essenciais.....	201
1.1	Estado.....	201
1.2	Povo.....	201
1.3	Território.....	202
1.4	Poder.....	203
2.	Estado e Direito.....	204
2.1	Identidade entre Direito e Estado: a tese de Kelsen.....	204
2.2	Distinção entre Direito e Estado.....	205
3.	Os poderes do Estado.....	207
3.1	Atividades, funções e poderes.....	207
3.2	Poder Legislativo.....	207
3.3	Poder Executivo.....	208
3.4	Poder Judiciário.....	208
4.	Separação de poderes.....	209
4.1	Especialização funcional.....	209
4.2	Divisão como forma de limitação.....	209
4.3	Separação de Poderes e Estado de Direito.....	210

4.4	Relatividade da separação de poderes.....	211
4.5	Anomalias do direito brasileiro	211
5.	O Estado de direito.....	212
5.1	Conceito.....	212
5.2	Os questionamentos sobre o Direito	212
5.3	Execução contra o Estado.....	213
BIBLIOGRAFIA		215